Revista Espaço Acadêmico – n. 225 – nov./dez. 2020 – bimestral
ANO XX – ISSN 1519.6186

Mário Pedrosa, Lívio Xavier e o "Esboço": o trotskismo e a interpretação sobre a formação social brasileira

CARLOS PRADO*

Resumo: Em 1926 Octávio Brandão, dirigente comunista, lançou a primeira análise marxista sobre a formação social brasileira. Sua tese partia de uma interpretação dualista da realidade econômica, apontando a existência antagônica de um setor agrário e outro industrial. Esta concepção foi questionada no início da década de 1930 pelo movimento trotskista que começava a se desenvolver. A tarefa de realizar uma interpretação alternativa àquela do Partido Comunista do Brasil foi realizada por Mário Pedrosa e Lívio Xavier, no texto intitulado "Esboço de análise da situação econômica e social do Brasil". O objetivo do presente artigo é compreender como o movimento trotskista, em seu momento nascedouro no Brasil, interpretou a formação social brasileira, rompendo com a lógica dualista de Brandão e apresentando novos elementos ao marxismo brasileiro.

Palavras-chaves: Marxismo; Comunismo; Trotskismo; Brasil.

Mário Pedrosa, Lívio Xavier and the "outline": trotskyism and the interpretation of brazilian social formation

Abstract: In 1926, Octávio Brandão, a communist leader, lauched the first Marxist analysis of Brazilian social formation. His thesis started from a dualista interpretation of economic reality, pointing out the antagonistic existence of an agrarian and an industrial sector. This conception was questioned in the early 1930s by Trotskyst movement that was beginning to develop. The task of carrying out an alternative interpretation to that of the Communist Party of Brazil was carried out by Mário Pedrosa and Lívio Xavier, in the texto entitled "Outline of analysis of the economic and social situation in Brazil". The aim of this article is to understand how the Trotskyist movement, at its birth in Brazil, interpreted Brazilian social formation, breaking with Brandão`s dualista logic and presenting new elements to Brazilian Marxism.

Key words: Marxism; Comunism; Trotskism; Brazil.

* **CARLOS PRADO** é Doutor em História pelo PPGH-UFF e professor da FACH-UFMS. Trabalha com temas relacionados à Teoria da História e História do marxismo.

A LUTA DE CLASSE
ORGÃO DA LIGA COMMUNISTA (OPPOSIÇÃO DE ESQUERDA)
NUM. 6 Rio de Janeiro, FEVEREIRO - MARÇO de 1931 ANNO II

Em meados da década de 1920, Octávio Brandão, um dos principais dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCB) realizou a primeira análise marxista mais abrangente sobre a realidade econômica e social brasileira. Publicada em abril de 1926, a obra *Agrarismo e industrialismo*: *Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*, tinha o objetivo imediato de compreender as revoltas militares que agitaram vida política brasileira nos anos anteriores. Não obstante, o texto tomou uma forma mais abrangente e também apresentou uma análise sobre a estrutura econômica e política brasileira.

A tese fundamental defendida por Brandão e adotada pelo PCB naquele momento se baseava numa interpretação dualista. Para os comunistas a realidade social brasileira era caracterizada por uma oposição entre os interesses dos produtores de café e da burguesia industrial. Partiam do pressuposto de que existia uma dualidade contraditória entre uma economia agrária, baseada no latifúndio, e uma economia urbano-industrial fundada na produção em série e no trabalho assalariado. O conflito entre estes dois setores foi apresentado por Brandão como o ponto determinante dos confrontos políticos que estavam em curso no Brasil durante a década de 1920.

A partir desta perspectiva, caracterizou-se o Brasil como um país atrasado, enfatizando a existência de uma estrutura econômica arcaica. A obra de Brandão inaugurou no interior da esquerda brasileira a interpretação de que o Brasil colonial apresentava um caráter feudal ou semifeudal. Assim, dentro de uma lógica progressista, os comunistas apontaram para a necessidade de o Brasil realizar uma Revolução Democrático-Burguesa. Trata-se de uma visão evolucionista, na qual é preciso ultrapassar etapas necessárias de desenvolvimento: superar o feudalismo, desenvolver o capitalismo, para, posteriormente, construir o socialismo.

O livro de Brandão apresenta diversos problemas e limitações. Uma breve leitura do texto é suficiente para se constatar várias deficiências e confusões teóricas, que, posteriormente, foram reconhecidas pelo próprio autor.[1] Brandão aplica o método "dialético" de forma mecânica e pressupõe "leis históricas" que foram aplicadas esquematicamente à realidade brasileira. Logo, esta interpretação começou a ser questionada. Em 1928, Rodolfo Coutinho foi o primeiro a levantar objeções. Ele não concordava com a política de alianças com o movimento

[1] Em seu livro de memórias, Brandão reconheceu problemas do texto: "A obra tem *falhas*. Não compreendeu, com a devida clareza, o caráter e o conteúdo da revolução no Brasil. Nem suas forças motrizes. Nem suas etapas. Nem a ligação e a correlação entre as etapas. Nem o desenvolvimento e a transformação da revolução agrária, popular, democrática e anti-imperialista, em revolução proletária, socialista" (BRANDÃO, 1978, p. 287).

tenentista, tática que havia sido aprovada pelo PCB a partir da interpretação das teses de Brandão.

Não obstante, Coutinho e outros militantes não desenvolveram qualquer crítica sistemática às concepções de Brandão. Mas neste momento, movido por este debate e por outros, incluindo a questão sindical e a burocratização crescente do partido, ocorreu uma grande cisão no PCB, a partir da qual em 1930 se constituiu o Grupo Comunista Lenine (GCL), organização que se vinculou à Oposição de Esquerda Internacional (OEI), liderada por Trotsky.[2]

O GCL foi formado, basicamente, por ex-militantes do PCB. De acordo com Castro (1993) os trotskistas[3] reuniram os quadros comunistas com a melhor formação teórica. Seus principais dirigentes; Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho e Aristides Lobo, advindos de famílias abastadas, eram intelectuais com formação acadêmica e domínio de línguas estrangeiras. Assim, esse grupo se preocupou e se empenhou na tarefa de formular uma análise alternativa sobre a estrutura social brasileira.

Todavia, o GCL fundado em maio de 1930 durou poucos meses e encerrou suas atividades ao final daquele ano. Mas, em janeiro seguinte, uma nova organização surgiu, intitulada Liga Comunista (LC), esta deu continuidade às atividades dos trotskistas brasileiros. E foi sobre a bandeira da LC que publicaram uma investigação original sobre a formação social do Brasil, repudiando a teoria dualista do PCB.

Foi no texto intitulado "Esboço de análise da situação econômica e social do Brasil" que os oposicionistas buscaram apresentar de forma mais sistemática uma esta interpretação. Este artigo foi concluído em outubro de 1930, mas só foi publicado no nº 6 de *A Luta de Classe*, em fevereiro-março de 1931, com a assinatura de M. Camboa e L. Lyon, pseudônimos de Mário Pedrosa e Lívio Xavier. O texto também foi traduzido por Benjamin Peret e publicado no jornal oposicionista francês, *La Lutte de Classe*, nº 28-29.

O objetivo do presente artigo é apresentar e analisar o artigo conhecido como "Esboço" de Mário Pedrosa e Lívio Xavier. Neste texto, os autores trouxeram à luz uma interpretação original que revelou a existência de alternativas teóricas àquela apresentada pelo PCB em meados da década de 1920. A partir da análise do próprio texto e de outros pesquisadores busca-se compreender como o movimento trotskista, em seu momento nascedouro no Brasil, interpretou a formação social brasileira, rompendo com a lógica dualista de Brandão e apresentando novos elementos à análise marxista.

* * *

Del Roio (1990, p. 171) considera o Esboço "a mais consistente reflexão do ponto de vista marxista sobre a formação social brasileira" daquele período e, de

[2] Sobre a cisão de 1928 do PCB e a formação da Oposição de Esquerda no Brasil, ver Marques Neto (1993) e Prado (2019).

[3] O termo "trotskista" é utilizado aqui como referência aos membros da OEI. Todavia, é necessário esclarecer que estes oposicionistas se autodenominavam "Bolcheviques-leninistas" num esforço para afirmarem sua vinculação político-ideológica com a tradição revolucionária da Revolução de 1917. Nas décadas de 1920 e 1930, marcadas por disputas no interior do partido russo e da Internacional, o termo "trotskista" foi utilizado de forma pejorativa pela burocracia stalinista e remonta as críticas direcionada à Trotsky desde as primeiras divergências em 1904. Apenas após o assassinato de Trotsky em 1940, o termo perdeu o caráter negativo e passou a ser aceito pelos militantes que reivindicavam o seu legado teórico.

acordo com Ferreira, o artigo está entre os três principais textos produzidos pelo pensamento marxista na década de 1930.[4] Castro (2017) ainda acrescenta:

> Embora seja apenas um esboço, explicitado no próprio título, esse trabalho consegue analisar minimamente as condições históricas concretas da introdução do capitalismo na formação econômica brasileira. Há, pois, nesse curto ensaio uma sensibilidade teórica em articular o abstrato do modo de produção com o concreto da formação econômica e uma preocupação em demonstrar a especificidade do capitalismo brasileiro em relação ao caráter universal.

Escrito enquanto o processo "revolucionário" ainda estava em curso, Pedrosa e Xavier, por meio de uma análise diacrônica e sincrônica, buscaram compreender a crise econômica e política à luz do desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil. A investigação parte do processo de colonização, analisa a formação do Estado brasileiro, a República e a crise da oligarquia em curso, buscando trazer à tona a estrutura econômica brasileira, sua inserção no mercado mundial e o papel das classes. Ainda, de acordo com Castro (1993, p. 112), o ensaio consegue "articular o abstrato do modo de produção com o concreto da formação econômica. O texto consegue definir satisfatoriamente a especificidade do capitalismo brasileiro em relação ao seu caráter universal".

Na primeira parte do texto, a preocupação é determinar as particularidades da colonização brasileira. O texto se inicia com a seguinte afirmação: "O modo de produção capitalista e a acumulação – e, por consequência, a propriedade privada capitalista – foram exportados diretamente das metrópoles para o Novo Mundo". (CAMBOA [PEDROSA]; LYON [XAVIER], 1931, p. 3). Já na frase de abertura do artigo se estabelece um grande rompimento com a direção comunista. O processo colonizador é interpretado como empreendimento da burguesia comercial portuguesa e, portanto, vinculado ao processo de expansão capitalista.

Essa tese lançada pelos oposicionistas parece fazer referência a compreensão apresentada por Marx em *O Capital*. Castro (2017) aponta que os oposicionistas "tinham um mínimo de conhecimento da teoria econômica marxista contida em *O Capital*. Lembramos que Pedrosa, um dos autores do texto de 1930, tinha conhecimentos da língua alemã, além de ter estudado, nos anos 1920, teoria econômica alemã". Essencialmente nos capítulos XXIV e XXV, do livro primeiro da obra de Marx, aparece a estreita relação entre o processo de acumulação primitiva e a colonização europeia na América. Diz Marx (1984, p. 285): "A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravidão e o enfurnamento da população nativa nas minas (...) Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva". A teoria da história de Marx elucida que a realidade não pode ser apreendida de forma isolada. Pelo contrário, deve-se buscar a totalidade histórica. Nessa perspectiva, a

[4] "(...) reflexões de Mário Pedrosa e Lívio Xavier elaboradas no texto *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, de outubro de 1930. Este texto, juntamente com o livro de Caio Prado Jr., *A evolução Política do Brasil*, e *Caminho da Revolução Operária Camponesa*, de Leôncio Basbaum, podem ser considerados os três principais da esquerda marxista brasileira, publicados na década de 1930" (FERREIRA, 2005, pp. 22-23).

colonização portuguesa da América esteve diretamente vinculada ao processo capitalista de acumulação primitiva.

Não obstante, Pedrosa e Xavier tiveram dificuldades em caracterizar o modo de produção que vigorou durante o Brasil colônia. Sobre este importante aspecto o texto apresenta uma certa confusão e inconsistência conceitual. Apesar de identificarem a colonização com a acumulação primitiva capitalista, os autores compreendem que o desenvolvimento econômico colonial apresenta peculiaridades. Logo, era complicado afirmar que o Brasil já era capitalista, por isso, devido as especificidades, os oposicionistas recorreram ao conceito de feudalismo:

> Nunca houve aqui terras livres, aqui também não conhecemos o colono livre dono de seus meios de produção, mas o aventureiro o da metrópole, o fidalgo português, o comerciante holandês, o missionário jesuíta – que não tinham qualquer outra base a não ser o monopólio das terras. Sob uma forma peculiar de feudalismo, todos vinham explorar a força de trabalho indígena adaptado e do negro importado. (CAMBOA [PEDROSA]; LYON [XAVIER], 1931, p. 3).

Apesar de usarem o conceito de feudalismo, os autores não o comparam com a experiência europeia, afirmam que era uma forma particular. Era evidente para os autores que este conceito era insatisfatório para caracterizar o modo de produção vigente no Brasil colônia. De acordo com Vilas Boas (2013, pp. 6-7): "Pedrosa e Xavier usaram feudalismo como figura retórica, não aplicando este conceito à formação social brasileira por analogia ao feudalismo europeu. (...) usaram o termo por falta de um conceito específico na literatura marxista do período". Assim, em algumas passagens, os autores apontam aproximações com o capitalismo, mas também relacionam com um sistema feudal particular. Enfim, concordamos com Castro (1995, p. 69) quando ele afirma que "não é explicitado qual seria o modo de produção hegemônico no Brasil colonial".

Pedrosa e Xavier sabiam que não se tratava do mesmo capitalismo ou feudalismo europeu. Assim, na ausência de um melhor arcabouço teórico deixaram uma pequena lacuna na análise. Todavia, a leitura do texto deixa implícito que compreendiam a colonização como atrelada ao processo de acumulação capitalista e entendiam o Brasil com características próprias. A interpretação aponta que a economia colonial brasileira mesclava e combinava elementos avançados e retrógrados. Mas do encontro entre as formas capitalistas e as arcaicas, a lógica da produção e acumulação de capital era a que se impunha. De acordo com Ferreira (1999, p. 211):

> O capitalismo monopolista ao encontrar-se com a produção pré-capitalista imediatamente a submete, redefinindo suas premissas sob o império da sua lógica de produção. (...) a análise que o texto dos oposicionistas fez do capitalismo no Brasil, verifica-se sob a égide da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, a constituição de uma economia/social produzida pelas lutas entre a burguesia e o proletariado.

A partir dessa perspectiva, Pedrosa e Xavier evidenciaram em várias passagens a relação estreita entre a economia colonial e a metrópole: "O Brasil nunca foi, desde a sua primeira colonização, mais que uma vasta exploração agrícola". E acrescentara: "A produção agrícola colonial foi destinada

desde o começo aos mercados externos. O Brasil foi, no século XVII, o principal produtor de açúcar do mundo". (CAMBOA [PEDROSA]; LYON [XAVIER], 1931, p. 3). Eles foram os primeiros a destacarem o caráter complementar da economia colonial. Assinalaram que os ciclos econômicos do açúcar, das minas de ouro e, posteriormente, do café, se impuseram a partir das demandas exteriores. Sobre essa questão, Ferreira (1999, p. 209) acrescenta:

> O texto de Pedrosa e Xavier, redigido para a Liga Comunista, antecipa, em grande medida e por várias décadas, uma interpretação da realidade social no Brasil. A começar pelo entendimento da economia no período colonial, articulada à economia da metrópole, e precedendo fundamentalmente a sua organização estatal. Uma economia colonial que de maneira sistemática respondia aos interesses da metrópole, "complementando" as suas necessidades.

Uma vez analisadas as características do Brasil colônia, Pedrosa e Xavier avançaram para a investigação sobre a formação do Estado brasileiro, relacionando-o com os elementos fundamentais da sociedade brasileira. Assim, apontaram que o Estado se constituiu sob uma base social que preservava as características da colonização, especialmente o monopólio da terra e a força de trabalho escravocrata: "O Estado brasileiro se caracteriza sempre por rígido esquematismo de classe. A sociedade monárquica sustentava-se com a exploração do braço escravo por uma minoria de donos da terra". (CAMBOA [PEDROSA]; LYON [XAVIER], 1931, p. 3).

Por conseguinte, argumentaram que essa rigidez social impediu que prosperasse a pequena propriedade, o trabalhador livre e o mercado interno. Sob o domínio da burguesia mercantil portuguesa, destacaram que os elementos que caracterizaram a colônia permaneceram intocáveis. Nesse sentido, apontaram que o que determinava a formação social brasileira era o "trabalho escravo, *latifundium*, produção dirigida pelos senhores da terra com a sua clientela, burguesia urbana e uma camada insignificante de trabalhadores livres, tanto nas cidades como nos campos". (Ibidem).

De acordo com Pedrosa e Xavier, o Brasil imperial preservou as bases do período colonial e, foi só no final do século XIX, com o fim da escravidão, que as relações propriamente capitalistas se consolidaram de forma hegemônica. "A destruição do regime escravagista, que foi determinada pela necessidade do desenvolvimento capitalista do Brasil, abria ao mesmo tempo nova expansão a indústria inglesa que monopolizava, então, o mercado mundial" (Ibidem). Para os trotskistas a implantação do trabalho livre foi uma adequação às demandas do mercado internacional, necessária para a ampliação das bases capitalistas. Afirmaram, citando Marx, que essa transformação foi uma "simples troca de forma". Transformou-se a forma de exploração da força de trabalho, mas a rigidez social não sofreu qualquer abalo.

De acordo com a interpretação de Pedrosa e Xavier, foi a burguesia cafeeira do Estado de São Paulo que determinou o fim do trabalho escravo e o fim da monarquia: "A República foi imposta ao Brasil pela burguesia cafeeira de São Paulo, que não podia aceitar a forma de produção reacionária e patriarcal" (Ibidem). Os autores interpretaram a República não como uma Revolução Burguesa, um rompimento

sistemático, mas apenas como uma ação necessária, para que "se possa operar, sem choques muito graves, o desenvolvimento capitalista nas antigas províncias" (Ibidem). A República foi percebida como uma atualização superestrutural que respondia às exigências capitalistas. Nesse ínterim, ampliou-se a liberdade das oligarquias cafeicultoras no desenvolvimento do seu empreendimento capitalista, consolidando a hegemonia dos produtores paulistas sob as demais frações regionais. Nas palavras de Pedrosa e Xavier:

> Assim, o cafeicultor faz convergir simultaneamente todos os seus meios de produção para um único objetivo e, por conseguinte, obtém benefícios até então desconhecidos. O tipo de exploração determinou, portanto, prosperidade favorável ao desenvolvimento do capitalismo sob todas as suas formas. Desse modo, o sistema de crédito, o crescimento da dívida pública hipotecária, o comércio nos portos de exportação, tudo ajudava a preparar uma base capitalista nacional. Os braços que faltavam foram importados. A imigração adquiriu, a partir daí, caráter de empresa industrial (Ibidem).

Os oposicionistas também buscaram compreender as diferenças econômicas e a formação de frações burguesas regionais: "A burguesia orientava-se, até então, no sentido da manutenção do monopólio da produção cafeeira no mercado mundial" (Ibidem). Com o advento da República, São Paulo e Minas Gerais controlaram o poder executivo e, através do mesmo, puderam valorizar e subsidiar a produção do café. Assim, a burguesia cafeeira consolidou sua hegemonia política e privilegiou a sua produção de forma monopolista, gerando insatisfação nas demais frações. Para Silva (2002, p. 147): "Desde o surgimento da Republica já havia no Brasil o predomínio de alguns estados sobre outros em função da riqueza (poder econômico) ter sido construída a partir dos assim chamados *ciclos econômicos"*.

Essas diferenciações e contradições se aprofundaram após a I Guerra Mundial: "Com o surto da indústria e da maior penetração capitalista, o problema principal complicou-se com a necessidade da criação de um mercado interno". (CAMBOA [PEDROSA]; LYON [XAVIER], 1931, p. 3). Segundo os oposicionistas, o conflito mundial promoveu uma reorientação econômica, que possibilitou dinamizar a economia nacional para atender as demandas internas e colocou em xeque a hegemonia da burguesia cafeeira: "A urgência e penúria do mercado interno constitui um dos pontos nevrálgicos da instabilidade econômica e política do Brasil" (Ibidem). A política que se orientava para manutenção do monopólio cafeicultor começou a ser questionada pelas frações regionais dissidentes. De acordo com Vianna (1978, p. 102):

> O pacto do liberalismo excludente e privilegiador da Primeira República mal conteve no bloco dominante as facções oligárquicas não-exportadoras, alinhando-as em nome da defesa da propriedade latifundiária e do mandonismo local. As demais classes, camadas e estratos, inclusive a burguesia industrial, permaneceram à margem da política do Estado.

A análise de Pedrosa e Xavier também assinala sobre o capitalismo brasileiro e sua inserção no mercado internacional, destacando o papel do imperialismo. Segundo os autores a inserção subordinada da economia brasileira no mercado mundial contribuiu para a manutenção da estrutura social baseada

na grande propriedade e na produção de produtos primários, especialmente, a do café.

Na contramão da política de conciliação de classe e de alianças com a burguesia nacional, os oposicionistas afirmaram que: "O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais (...) Por essa razão, a burguesia nacional não tem bases estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista". (CAMBOA [PEDROSA]; LYON [XAVIER], 1931, p. 3). Pedrosa e Xavier negaram o papel progressista que o PCB afirmava que a burguesia nacional poderia desempenhar. A burguesa estava vinculada e subordinada ao imperialismo e operava sob bases incertas, pois a produção era voltada para o exterior e se desenvolvia em ciclos econômicos. Da subordinação que a burguesia nacional sofria do imperialismo, os trotskistas concluíram que: "Nos países novos, diretamente subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos" (Ibidem). Dessa maneira, negavam que a burguesia nacional pudesse desempenhar qualquer papel progressista.

Fazendo referência ao *O 18 de Brumário de Luiz Bonaparte*, obra na qual Marx analisou a queda da II República francesa e a ascensão de um governo forte e centralizado apoiado no campesinato, Pedrosa e Xavier observaram: "É assim que se repete na fase imperialista, a subordinação da sociedade ao poder executivo, na qual Marx via a expressão da influência política dos camponeses parcelários" (Ibidem). Os trotskistas argumentaram que o imperialismo cumpria um papel decisivo ao fomentar a hipertrofia do poder executivo. Diante destas condições, a indústria só poderia se desenvolver se estivesse entrelaçada com o Estado. Assim, acrescentaram:

> As exigências do desenvolvimento industrial obtêm, como condição essencial, o apoio direto do Estado: a indústria nasce ligada ao Estado pelo cordão umbilical. O reforço gradativo do poder executivo é, aliás um processo regular e sistemático do desenvolvimento em países politicamente secundário, como o demonstra Trotsky com relação à Rússia tzarista (Ibidem).

Para os oposicionistas, as condições do desenvolvimento capitalista no Brasil eram similares as da Rússia. Em terras brasileiras a monarquia já havia sido derrubada, mas as comparações ainda eram válidas, uma vez que a República se constituiu tendo no poder executivo a sua força determinante: "A apologia de governos fortes, a divinização da ordem, o ataque contra a democracia e o liberalismo foram os pontos principais da ideologia reacionária" (Ibidem).

Outro aspecto que ilustra o pioneirismo desse texto é a utilização do conceito de bonapartismo. Os membros da LC foram os primeiros a trazerem para a análise da realidade brasileira este conceito. Ao identificarem o crescimento do poder executivo e a dependências que as frações burguesas tinham do Estado, realizaram uma analogia com a França do século XIX e demonstraram que no Brasil a primeira República caía diante da incapacidade burguesa em solucionar as suas contradições e em garantir as liberdades democrática da República burguesa:

> No Brasil todas as classes estão subordinadas ao executivo e as palavras de ordem liberais, mesmo as mais banais, tem, para o governo, um caráter subversivo. (...) Os chamados liberais aplaudem a repressão policial quando esta

> exerce contra as organizações proletárias. Marx escreveu que, na véspera do golpe de Estado de Napoleão III, a burguesia francesa tachava de heresia "socialista" o que ela qualificava, anteriormente, como "liberal" e reconhecia, desse modo que, para conservar intacto seu poder social, era mister romper seu próprio poder político e que a burguesia não pode continuar e explorar as outras classes e a gozar tranquilamente da propriedade, da família, da religião e da ordem, senão à condição de ver sua classe condenada a mesma nulidade política que as outras classes e, assim, proclama sua dominação *política* incompatível com sua segurança e sua própria existência (Ibidem).

Para Pedrosa e Xavier, a centralização do poder estatal não aparecia como uma ruptura, mas como resultado do desenvolvimento capitalista. "Sob o regime burguês, o aparelho estatal tende a evoluir naturalmente para uma centralização crescente" (Ibidem). Ainda apontaram que o Brasil reunia condições particulares que acentuavam e aceleravam o processo de hipertrofia do poder executivo. Segundo os autores, diversos fatores eram favoráveis para esse desenvolvimento bonapartista, entre os quais, a baixa densidade populacional, o predomínio da agricultura, a ausência da renda fundiária, a divisão política, o impulso industrial progressivo e a pressão imperialista. Em suma, como resultado do "desenvolvimento desigual do capitalismo" surgia um Estado forte e centralizado que atuava ao lado das burguesias nacionais e internacionais.

Pedrosa e Xavier investigaram a formação social brasileira e verificaram que a centralização do poder executivo era um contorno marcante desde o período colonial. E é a partir da centralidade que o Estado ocupa que os trotskistas compreenderam a Revolução de 1930. Os conflitos armados de outubro foram interpretados como uma disputa entre as frações burguesas regionais para controlar o poder executivo: "Com o desenvolvimento capitalista dos outros estados do Brasil, é natural que os partidos dominantes nesses estados desejem participar cada vez mais – em pé de igualdade – da gestão do aparelho do governo central" (Ibidem). O desenvolvimento capitalista fora do eixo do café despertou o interesse das demais classes dominantes regionais em defender seus interesses econômicos e participar de forma igualitária da gestão da máquina estatal.

A interpretação histórica lançada pela LC sobre a Revolução de 1930 é essencialmente distinta daquela apresentada pelos comunistas. Para Pedrosa e Xavier a Revolução de 1930 não foi significou o processo de ascensão da burguesia industrial ao domínio político e também não representa um movimento das camadas médias, movidas por interesses ideológicos ou econômicos. A ascensão do governo Vargas foi caracterizada como resultado de um conflito entre as diferentes frações regionais em busca do controle do poder executivo, que diante da fragilidade política das classes se tornou cada vez mais autônomo.

Para complementar a análise dos trotskistas sobre a Revolução de 1930, cabe acrescentar alguns pontos desenvolvidos em outro texto. No artigo "Aos trabalhadores do Brasil", publicado no *Boletim da Oposição*, em finais de janeiro de 1931, a análise dos oposicionistas sobre os acontecimentos de outubro de 1930 foi desenvolvida de forma mais clara.

De acordo com os oposicionistas, a Revolução de 1930 não foi a revolução da burguesia industrial contra a

burguesia do campo, mas sim, a revolução das burguesias regionais contra o monopólio paulista e em nome da unidade nacional:

> Manter a unidade burguesa do Brasil, manter a centralização do poder político, sob a forma de ditadura militar manifesta ou mascarada, de baioneta calada sobre as massas exploradas e oprimidas, manter essa unidade num país em que o desenvolvimento das forças produtivas nos diferentes Estados se faz desigualmente, acelerado o processo de desagregação pela invasão do capital financeiro internacional, pretender livrar a "pátria brasileira" do desmembramento, eis a "missão histórica" dos "generais da revolução", dos Juarez Távora e Miguel Costa, dos João Alberto e Góis Monteiro à serviço da burguesia. (COMISSÃO, 1931, p. 9).

Os trotskistas da LC foram os primeiros a lançarem a leitura de que a Revolução de 1930 efetivou um "acordo", no sentido em que significou um reajuste das relações econômicas e políticas no Brasil, se adequando a nova realidade do capitalismo internacional. Segundo o documento da LC: "Esse acordo geral será no Brasil burguês a última forma conciliatória da centralização do Estado, processo econômico de desenvolvimento capitalista, e a forma federativa, garantia da unidade política" (Ibidem). Em meio à crise econômica que acumulava sacas de café sem compradores e jogava os preços para baixo, a burguesia paulista se viu diante da necessidade de abdicar do poder, realizando uma aliança forçada pela diversificação da produção.

Deixando de lado a concepção de que havia um conflito entre o campo (feudal e agrário) e a cidade (burguês e industrial), os trotskistas apresentaram uma interpretação mais sofisticada que os comunistas, apontando que a queda do Partido Republicano Paulista (PRP) e a ascensão de Vargas representou um "acordo geral", uma "última forma conciliatória" ou ainda uma "santa aliança" entre as mais diversas frações burguesas.

Apesar de não usarem o conceito de "bonapartismo" de forma explícita, ele está implícito nesta análise. A queda da oligarquia cafeeira paulista diante da falência do modelo agroexportador teria possibilitado a realização de um novo "acordo", ou seja, uma reorganização da produção sob uma base capitalista ainda mais desenvolvida, organizada e centralizadora. A raiz bonapartista deste acordo está na incapacidade de uma fração burguesa ocupar o lugar hegemônico deixado pelos produtores de café. A burguesias regionais dissidentes, a classe média e o proletariado não reuniam condições de dirigir o Estado de forma direta de acordo com seus interesses. Neste cenário, o Estado ocupou um papel cada vez mais central.

Marques Neto (1993, p. 182) e Silva (2002, p. 140-143) já apontaram que a interpretação desenvolvida por Boris Fausto em *A Revolução de 1930* era bastante próxima daquela desenvolvida pelos oposicionistas. Ambos autores mostram similaridades entre a interpretação da LC e a noção de "Estado de compromisso" utilizada por Fausto.[5] Não obstante, em seu trabalho sobre *O longo bonapartismo brasileiro*, Demier

[5] "O acordo se dá entre várias frações da burguesia; as classes médias – ou pelo menos parte delas – assumem maior peso, favorecidas pelo crescimento do aparelho do Estado, mantendo, entretanto, uma posição subordinada. À margem do compromisso básico fica a classe operária, pois o estabelecimento de novas relações com a classe não significa qualquer concessão política apreciável". (FAUSTO, 1982, pp. 104 – 105).

(2012), a partir de um minucioso trabalho historiográfico demonstra que o alcance desta interpretação foi muito além da obra de Boris Fausto. Ele apresenta a tese de que o conceito de bonapartismo que começou a ser desenvolvido neste momento pelos trotskistas, acabou se tornando, posteriormente, um conceito chave para investigação da sociedade brasileira pós-1930 e, foi utilizado em várias pesquisas acadêmicas histórico-sociológicas, estando inclusive na base do conceito de populismo.[6] Demier (2012) ainda argumenta que Weffort utilizou a noção de "Estado de compromisso" antes de Fausto.[7] Em ambos autores o "compromisso" seria resultado da debilidade política dos grupos dominantes dissidentes em tomar a direção do Estado substituindo a oligarquia cafeeira paulista.

De acordo com a interpretação dos trotskistas, outubro de 1930 não promoveu uma transformação radical das estruturas de apropriação e dominação. Não colocou em xeque a lógica vigente, pois expressou a necessidade de se promover uma transformação dentro da ordem, num processo de reajuste, de readequação do sistema. Nesse sentido, a ascensão de Vargas teria significado um processo de rearticulação e de desenvolvimento de novas formas de domínio do capitalismo internacional que buscou responder as mudanças fomentadas a partir da crise de 1929. A nova realidade internacional se caracterizou pela imposição de limites ao livre mercado e a ascensão de um Estado mais intervencionista e planificador, capaz de controlar e organizar as forças produtivas e as relações de produção.

[6] "De forma explícita ou implícita, a categoria de bonapartismo este presente como um elemento estruturante em muitos conhecidos estudos sobre o Brasil Contemporâneo produzidos pela academia no pós-1964. (...) uma "teoria do bonapartismo" – embasou interpretações sobre o processo sócio-político brasileiro do pós-1930 realizadas por autores como Leôncio Martins Rodrigues, Carlos Estevam Martins, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e o próprio Ruy Marini. (...) Desse modo, nos esmeramos em expor, um tanto quanto detalhadamente, aquilo que é a principal tese deste trabalho: *a "teoria do bonapartismo" foi a base fundamental daquela que se tornaria conhecida como a "teoria do populismo (brasileiro)"*, formulada e desenvolvida, nos anos 60, 70 e 80, por autores marxistas como Francisco Weffort, Octavio Ianni, Régis Castro Andrade, René Dreifuss, Décio Saes e Armando Boito Jr. Secundariamente, este trabalho tem por fito evidenciar a existência de uma relação pouco conhecida – para não dizermos simplesmente ignorada – entre essas interpretações acadêmicas sobre o período populista brasileiro e aquelas que, bem antes, no calor dos acontecimentos, haviam sido elaboradas por organizações políticas do movimento operário entre os anos de 1930-1964. Mais especificamente, intentamos expor como pequenos agrupamentos de extração trotskista (ou próximos ao trotskismo), como a Liga Comunista Internacionalista (LCI), o Partido Operário Leninista (POL), o Partido Socialista Revolucionário (PSR), o Partido Operário Revolucionário (POR) e a Política Operária (POLOP) anteciparam, em suas análises conjunturais sobre o caráter político assumido pela dominação de classe no país, muitos elementos que, mais tarde, reapareceriam nas tais interpretações acadêmicas sobre o período populista". (DEMIER, 2012, pp. 3-4).

[7] "Essa abordagem de Weffort – distinta, portanto, daquelas que atribuíam o fim do sistema oligárquico a um "golpe da burguesia" (industrial) ou das classes médias – seria desenvolvida pelo historiador Boris Fausto em seu trabalho que se tornaria o "divisor de águas" do debate acerca da Revolução de 1930. As semelhanças entre as visões do cientista político e as do historiador são notórias". (Ibidem, p. 264).

Referências

BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*: memórias. Vol. 1. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

CAMBOA M. [PEDROSA, Mário] LYON, L. [XAVIER, Lívio]. **Esboço de uma análise sobre a situação brasileira.** In: *A Luta de Classe.* n. 6. Ano 2. Rio de Janeiro, fev.-mar. 1931.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. *A oposição de esquerda brasileira*: 1928-1934: teoria e prática. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1993.

_____. **As esquerdas e o processo constituinte brasileiro de 1933-34.** In: *História Social*. Campinas, vol. 1, n. 2, 1995.

_____. *Mário Pedrosa, Lívio Xavier e as origens do marxismo no Brasil.* Disponível em: https://marxismo21.org/mario-pedrosa-e-livio-xavier-2/. Acessado em 10 dez 2017.

COMISSÃO EXECUTIVA PROVISÓRIA DA LIGA COMUNISTA (OPOSIÇÃO). **Aos trabalhadores do Brasil**. In: *Boletim da Oposição*. n. 1. São Paulo, jan. 1931.

DEL ROIO, Marcos. *A Classe Operária na Revolução Burguesa*: política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.

DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*: autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário. Tese (Doutorado História), Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930*: historiografia e história. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FERREIRA, Pedro Roberto. **O Brasil dos trotskistas (1930-1960).** In: *Cadernos AEL*: Trotskismo. Vol. 12. n. 22/23, 2005.

_____. *O conceito de revolução da esquerda brasileira*: 1920-1946. Londrina: Ed. UEL, 1999.

MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária*: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

PRADO, Carlos Batista. *Partidos e sindicatos*: o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil. (1922-1936). (Tese de doutorado em História). Niterói: PPGH/UFF, 2019.

SILVA, Angelo José da. *Comunistas e Trotskistas*: a crítica operária à revolução de 1930. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VILAS BOAS, Josnei Di Carlo. **A interpretação sobre o Brasil de Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil.** In: *I Semana de Pós-Graduação em Ciência Política*. Universidade de São Carlos, 2013.

Recebido em 2020-04-17
Publicado em 2020-11-13